

INTRODUÇÃO

PODER LOCAL E INICIATIVA DEMOCRÁTICA, POR ZILLAH BRANCO

Durante as duas décadas de ditadura militar no Brasil, para poder sobreviver à centralização do poder e às crescentes carências que levaram a população a abandonar os campos em busca das cidades, surgiram dirigentes locais - prefeitos municipais - que tiveram a coragem de descobrir e defender os caminhos de desenvolvimento. Sem o saber, seguiram os ensinamentos de Cabral: conheceram a realidade, identificaram as suas forças internas, organizaram o seu correcto aproveitamento.

Nem todos iniciaram essa tarefa patriótica com uma clara visão do seu significado democratizante na história brasileira. Mas todos os que seguiram este caminho tornaram-se de facto activistas democratas e marcaram profundamente o único caminho que leva ao desenvolvimento: o aproveitamento das sementes que existem latentes no seio de uma população, prontas a germinarem produzindo o fruto especial, típico, diferente de todos, porque identificado com as condições também especiais que existem numa comunidade.

Em 1984 foi editado pela Câmara Federal de Deputados, do Brasil, um primeiro livro - Democracia feita em casa - com 25 depoimentos de prefeitos de municípios das mais diferentes zonas do país. Neles descobre-se a riqueza das iniciativas locais e as características que marcam a vocação de cada Município. São exemplos de como vencer o impossível, como travar a miséria, como caminhar para o futuro com os próprios pés, como consolidar o Poder Local.

Extraído do livro "Democracia feita em casa" organizado pelo deputado brasileiro João Henmann Neto em 1984.

EXPERIÊNCIA DE PLANIFICAÇÃO PARTICIPATIVA NO BRASIL

A nossa experiência é mais ou menos válida para o nosso Município, como para todos os municípios brasileiros, com economia, área, população e problemas idênticos.

O Município de Boa Esperança, no Espírito Santo possui uma área de 344 km², com uma população estimada em 14.320 habitantes, assim distribuídos: 10.457 no meio rural e 3.863 na zona urbana. Dista da capital do Estado 300 km.

Antecedentes de problemas

Não vamos falar aqui de um Município rico e grande, mas de um Município pequeno e pobre que estava condenado a voltar à condição de freguesia por falta de viabilidade econômica. De um Município de vida agrícola que teve sua economia reduzida a 18 mil cabeças de gado, ocupando 90% do seu espaço.

De uma cidade que sobraram apenas três lojas, um bar e um posto farmacêutico. De um Município vítima do êxodo rural, de onde saíam, em média, dez caminhões "paus-de-arara" por mês, conduzindo as famílias para Minas Gerais, Goiás e para os grandes centros industriais, ficando sua população reduzida a menos de 6 (seis) mil habaitantes. De um município em que até o Tribunal de contas do Estado já havia aconselhado ao Governo do Estado, na época, a sua extinção; em que o Fundo de Participação do Município estava retido em Brasília, há mais de 10 meses. As portas das secretarias de Estado se haviam fechado para o Município, porque ele havia perdido sua expressão econômica e política.

Como nasceu o trabalho comunitário

Diante de tal situação, a Prefeitura não via outro jeito de se viabilizar a não ser através da união dos seus habitantes. Com base no princípio de que "ninguém caminha sozinho e que o homem, ser social, só consegue desenvolver-se integralmente através de uma

Comunidade em que todos lutam pelo progresso e bem-estar de todos", unimos nossas forças através de uma ação comunitária.

Vamos mostrar aqui como partimos. Não ficamos de braços cruzados, esperando e mendigando a ajuda do Estado, mas procuramos recuperar o Município, fazendo com que ele produzisse o suficiente para dar resposta aos seus próprios problemas, no sentido de assegurar, a todas as famílias, condições para construírem dias melhores para os filhos, sem a necessidade de buscarem amparo e recursos em outras paragens deste enorme rincão brasileiro.

A primeira coisa que fizemos foi um planejamento participativo. Vimos que o poder público chegava somente a 20% dos habitantes e queríamos encontrar uma forma em que o poder público pudesse atingir 100% da população e todas as camadas sociais.

Fizemos uma divisão geográfica do Município. Criamos uma comunidade em cada raio de 3 em 3 km e um centro de irradiação de 5 em 5 km, onde as comunidades próximas pudessem convergir para o mesmo centro, com facilidade.

O objectivo do centro de irradiação era fazer com que as famílias que o compõem pudessem viver em sociedade, com toda assistência necessária, e que desse condições de fixação do homem ao meio rural. Facilitasse, ainda, o acompanhamento do desenvolvimento dos campos de demonstração, das diversificações agrícolas localizadas em cada centro.

Em cada comunidade fizemos reuniões com as famílias que a compõem e explicamos os nossos objectivos. Foi escolhido um líder para 10 ou 12 famílias, pois ninguém melhor do que a comunidade para dizer quais as pessoas que poderiam melhor representá-la junto ao conselho, aos órgãos e entidades existentes no Município.

Em seguida, criamos o Conselho Municipal de Desenvolvimento com a participação de todos os líderes eleitos nas comunidades e os representantes dos órgãos e entidades existentes no Município.

Em seguida, criamos o Conselho Municipal de Desenvolvimento com a participação de todos os líderes eleitos nas comunidades e os representantes dos órgãos e entidades existentes no Município.

O Conselho tem por objectivo congregar os esforços no sentido de acelerar o desenvolvimento sócio-económico e cultural do Município, estudando sua realidade, seleccionando seus problemas, elaborando, executando e avaliando programas de desenvolvimento.

Retiramos o poder e o planeamento do gabinete e os delegamos às comunidades através desse Conselho, porque entendemos que o planeamento é que orienta o modelo, e que uma sociedade nada mais é do que um conjunto de interesses que se incorporam ao nosso plano de trabalho.

As iniciativas e decisões vêm de baixo, de acordo com a realidade e os interesses de todos. Cabe à Prefeitura, aos órgãos e entidades a formulação desses interesses no plano e na execução.

Esse trabalho evitou que o planeamento municipal fosse orientado pelos interesses dos egoístas e gananciosos, que exigem do prefeito um tipo de planeamento em forma de permuta de favores, como uma estrada de mão dupla entre Executivo e Legislativo, em detrimento das demais camadas sociais. Exemplo: como eu conhecia todas as famílias do Município, achava também que poderia conhecer todos os problemas. Fiz um plano e o deleguei ao Conselho. Moral: errei em 60%, porque o meu planeamento estava orientado para os interesses de um grupo de pessoas - as mais privilegiadas - e não a todas as camadas sociais.

Com a inclusão dos interesses de todas as camadas sociais em nosso plano de trabalho actual, nasceu um novo modelo, sem conflitos, sem polémicas, e sem choques de classes, porque todos enfrentam problemas: o proprietário, o problema das sementes, da electrificação nas estradas, de preços, de apoio, etc.; o trabalhador enfrenta um problema diferente, a distribuição de rendas, uma distribuição muito injusta também.

5/

Sinceramente, não acredito que um prefeito possa aplicar bem o dinheiro do Município, se não fôr através de um planeamento feito pela própria população do Município, com a participação de todas as camadas sociais.

As comunidades de base

Funcionam da seguinte maneira: cada 60 dias o prefeito convida, em cada comunidade, todas as famílias, para que compareçam a uma reunião na comunidade-sede. A comunidade recebe um formulário que deve ser preenchido com os dados levantados, pela comunidade, sobre a sua região. Ali são estudados os problemas de saúde, educação, as condições de escola - o prédio, carteiras, material escolar, e outras coisas. São debatidos também os problemas econômicos - a quantidade de plantas, máquinas, o preço dos insecticidas, a comercialização, e assim sucessivamente. Depois, o problema das estradas - no Município é essencialmente agrícola.

Centros de irradiação

Cada 60 dias os líderes das comunidades, que compõem o seu respectivo centro, reúnem-se com os vereadores do centro, com o prefeito, seus acessórios, técnicos do Estado, delegado, juiz, promotor, líderes religiosos, directores da escola do centro. Nessa reunião, em mesa-redonda, são debatidos os problemas a nível da comunidade e em conjunto, e com base nesses dados são elaborados os programas de trabalho a nível do centro: o que pode beneficiar as comunidades, que economias ativar, etc.

Por que as pessoas quando terminam o curso de 12 e 22 grau vão para a cidade? Em grande parte, porque o currículo escolar está orientado para o urbano.

Temos no nosso Município, muita riqueza para ser explorada, e temos que educar o nosso pessoal para essa realidade nossa. Podemos mostrar que indo para as grandes cidades não ajudam o Município, mas o que é preciso é trazer o que há de bom no urbano para o meio rural, e isso é uma forma de ajudar a desenvolver o Município. Tudo isso debatemos entre nós, no meio rural.

Com esses debates, esse planeamento a nível do centro de irradiação, o vereador tem condições de reivindicar, de acordo com as necessidades da população.

Conselho Municipal de Desenvolvimento

O Conselho é o órgão máximo, encarregado de tomar as iniciativas e decisões das comunidades e elaborar um planeamento municipal; enviar ao Prefeito e à Câmara dos Vereadores subsídios para a elaboração do orçamento, bem como atuar junto aos órgãos e entidades públicas municipais, estaduais e federais com ação no Município, para lhes dizer o que deve ser feito, para que tudo não venha de cima, como está sendo feito no País.

O Conselho realiza duas reuniões por mês, uma com líderes do meio urbano, outra com líderes do meio rural.

Na segunda-feira, reúnem-se cerca de 150 líderes de todas as comunidades do Município, representantes de entidades—como agentes de bancos, gerente agrícola, e outros — e analisam o planeamento ao nível do Município, o que poderia ser implantado que beneficiasse a comunidade. Há palestra, filmes, slides, visitas às lavouras e pastagens tecnificadas.

Os líderes de comunidade são uma espécie de multiplicadores na comunidade. Transmitem as leis, porque no meio rural não chega jornal, não chega nada.

Na reunião, as pessoas se colocam em dia, sabendo do que está acontecendo, trocam experiência e informações.

O Conselho fez um zoneamento agrícola para o Município, diminuindo o espaço de pecuária e diversificando a produção agrícola.

Com a recuperação econômica do meio rural, hoje nos é permitido fazer, em seis meses, no meio urbano, o que não teríamos condições de fazer em seis anos, se tivéssemos partido dele para o meio rural, mesmo porque não chegaríamos a este, não salvaríamos as pequenas e médias propriedades, nem fixaríamos o homem do campo, e

jamais iríamos fazê-lo retornar ao meio rural.

Avaliando com a comunidade

Atualmente, através de um "gincana" entre os centros de irradiação, fazemos uma avaliação do percentual de desenvolvimento em todas as áreas. Há competições desportivas, recreativas, culturais, econômicas e agropecuárias.

O Município e o Estado

No planejamento é preciso saber se, realmente, as pessoas estão sendo atingidas.

Temos, agora, uma Secretaria de Planejamento no Estado do Espírito Santo que está começando a acertar, é uma equipe nova, formada por elementos de alguns municípios, que está ajudando os municípios a se organizarem, com a participação da própria Secretaria.

A maior dificuldade que enfrentamos, hoje, é a centralização da administração e dos serviços no Estado e na Nação.

Uma das grandes desvantagens é o não cumprimento das obrigações, pelos profissionais do Estado que trabalham no Município, devido, a administração estar longe do Município. Não tendo vínculos com o Município, não só não vivemos os problemas da comunidade, como não se sentem responsáveis diante dela; O Município e a população, por sua vez, não se sentem responsáveis, por exemplo, pelas condições materiais da assistência médica ou educativa - o hospital ou escola - e não assumem a fiscalização dos serviços. E não se realiza o que acho tão importante: a integração, por exemplo, escola/comunidade.

Por isso, fui obrigado a municipalizar todas as escolas.

Conclusões

Por que, hoje, as comunidades estão se organizando em associações de bairros e outras? E porque o planejamento de gabinete ou de massa de "cocktail" não está atendendo as reais necessidades, ou as está atingindo de maneira errada, ou ainda, está acima das condições de

muitos, os quais são forçados a encontrar uma solução para o seu mundo.

Temos de encontrar uma solução através da organização e de novos métodos.

A tentativa de fazer um protocolo de intenções, entre os órgãos e entidades com ação no Município, foi a solução dos problemas. Somaram-se as directízes de trabalho e os esforços, sem que houvesse interferências de áreas de ação; foram feitas reuniões em comum, uns órgãos apoiando os outros, chegando-se às comunidades com alguma coisa de real e, com isso, merecendo a sua confiança.

Ainda concluindo, fazemos algumas recomendações sobre como deve ser elaborado um plano: em primeiro lugar, deve ser ao nível de comunidade; em segundo, ao nível de região administrativa, ou centro; em terceiro lugar, ao nível de Município; em quarto, o Município passaria para o Estado o que não tivesse condições de resolver com os seus recursos e a desvalorização do dinheiro, pois o mesmo, quando chega ao Município, no atual sistema, quase não dá para atender aos interesses das comunidades.

A execução desse tipo de planejamento seria feita através de repasses de recursos, porque na situação atual podemos considerar os municípios como uns marginais dada a grande concentração de renda, como vemos a seguir: 70% dos recursos ficam com a União; 28%, com o Estado e menos de 2% com os Municípios.

No Espírito Santo, 79% dos recursos do Estado ficam com 10 municipios (que ainda possuem maior arrecadação urbana), que dispõem de apenas 20% da área e 60% da população; 48 municípios ficam apenas com 21% dos recursos, numa área de 80% do Estado e 40% de população (sem arrecadação própria por serem sobretudo agrícolas).

Com esse sistema tributário é impossível a fixação do homem ao meio rural.

Resultados alcançados no Município

Adiante, em termos comparativos, o que existia antes e o que há, agora, com o desenvolvimento desse trabalho comunitário, com par